

10 JUN 1989

CLÓVIS BRIGAGÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

Atravessamos um período histórico surpreendente. Aquelas que, até há pouco tempo, pensavam numa inelutável confrontação militar entre as superpotências mundiais, dão hoje um passo adiante e percebem que há mudanças à vista, positivamente significativas. Estamos passando da "síndrome das superpotências" para uma situação onde fica mais evidente o declínio relativo de seus poderes e seus recursos. O atual sistema internacional não só tem um número muito maior de atores, como também os problemas se diversificaram, com uma complexidade que os torna quase que impossíveis de serem absorvidos — e governados — por um sistema bipolar. Claramente, estamos diante de um mundo multipolar e, principalmente, multilateral. É mesmo uma questão não só de escala, como também de mudanças de critérios na política internacional, quer nos assuntos do comércio, da economia, na difusão das novas tecnologias ou, mais recentemente, na esfera dos desafios e ameaças ecológicas.

Tudo isso nos deixa, ainda, numa perplexidade e há mesmo muita indecisão, assim como ações cautelosas, por parte dos principais integrantes dessa nova situação. Não queremos afirmar que, com essas mudanças, os conflitos deixaram de existir e passaremos a viver num mundo de harmonias. Estamos apenas considerando que a confrontação bélica — principalmente a nuclear — parece ter deixado de ser o pivô dos conflitos e das disputas, e

que novas áreas de comunicação estão sendo abertas, com novos modos de pensar, menos ideológicos, mais pragmáticos.

O Brasil não pode ficar na contramão da História

É bom dizer também que pragmatismo não significa a perda de princípios éticos responsáveis. Não somente nas cúpulas dirigentes dos governos das grandes potências, mas também dentro dos organismos internacionais (governamentais e não-governamentais), como entre as megaempresas, há novos procedimentos no sentido de encarar a realidade internacional, não do ponto de vista da confrontação e de sua lógica, mas de um ponto de vista de acomodações dos principais conflitos, dentro de uma perspectiva e de uma política cada vez mais global. Sem a confrontação, diretamente militar, pairando sobre as estratégias internacionais, os caminhos estão sendo alargados para que a cooperação seja mais bem tratada e melhor implementada.

Não se trata também de pôr fim à competição. Ela até será mais aguçada, mas com critérios e dentro de uma concepção em que perdas e ganhos não sejam absolutos e que as compensações sejam mais compartilhadas, mais relativas, assim como as distinções entre interesses nacionais se tornem mais matizadas e interligadas com os interesses globais e planetários.

Nessa orientação, a própria noção de segurança será submetida a uma nova configuração estratégica,

onde questões de natureza não-militar terão prioridade e mais substância, quer nos orçamentos públicos e das empresas privadas, como nas políticas que tenham relações e impactos sobre a sociedade e a ecologia. Nesse espaço de novas abrangências estratégicas, o que se pode observar é a possibilidade de que as políticas originárias nos grandes centros de decisão do mundo venham a aumentar a cooperação, principalmente em áreas de grande tensão e conflitos sociais.

Há novas modalidades de parceria responsável, coabitação e joint-ventures que podem ultrapassar os velhos esquemas e agendas de rivalidades e inimizades. Fica "decretado" que a ordem mundial, com base no status quo do congelamento do poder — sob a mira do conflito bélico permanente — está passando, e uma nova dinâmica, tanto nas áreas do capitalismo como do sistema comunista, está em pleno andamento.

E quanto ao Brasil, passageiro ainda incerto, interessa-nos entrar nessa via expressa? É preciso que se diga sim, e que o mundo seja um fator e um dado na configuração de poder de decisão no Brasil. Também é preciso que os círculos multilaterais cresçam e apareçam para complementar e dinamizar as estratégias mais convencionais. Hoje, as iniciativas e propostas não-governamentais são muito ágeis e muito aptas a fornecer instrumentos capazes de dar continuidade às transformações mundiais. Isso quer dizer mais opções e democratização das possibilidades, tanto de maior integração mundial como, também, de maior diversidade e autonomia locais, de in-

tenso pluralismo cultural e tecnológico.

Somos, hoje, cerca de dez mil culturas humanas num mundo de 160 Estados nacionais. Enquanto cresce a vontade de unido e convergência entre Estados e regiões, cresce também a vontade de autonomia e diversidades locais, regionais, transnacionais. É nessa direção que o mundo caminha. E é preciso manter o passo e o ritmo que, sem dúvida, serão mais intensos e diversos. Não se pode voltar atrás, como também não devemos correr, atropelando-nos.

O Brasil, no caso, precisa, cada vez mais, andar certo — e, com isso, acertar seus passos com os do mundo. Caso contrário, poderemos entrar na contramão e sermos "canibalizados". Não podemos perder as chances que estão sendo inauguradas nesse final de século. Concretamente, devemos ter maior participação nos negócios do mundo, com melhores compensações — como também mais obrigações — não só em termos econômicos (porcentagem do PIB mundial) como em relação à nossa maior autonomia, sem as formas arcaicas e obsoletas das áreas de influência etc. Diversificar, modernizar, desenvolver mais ainda programas econômicos, em bases mais justas e responsáveis. E agir mais organizadamente, participando com mais destaque no banquete mundial. Sem chegar atrasados ou com a roupa errada, vestida para uma outra ocasião.

É o mundo com suas voltas — e, crescidos, temos de estar dentro dele.

Clóvis Brigagão é cientista político e escritor.